

## Ambientalismo e educação ambiental: dos discursos às práticas sociais

Environmentalism and environmental education: from discourses to social practice

Ambientalismo y educación ambiental: de los discursos a las prácticas sociales

*Andréa Focesi Pelicioni\**

**RESUMO:** Existe uma grande diversidade de representações sociais e práticas desenvolvidas no âmbito do Ambientalismo e da Educação Ambiental - EA. Tomando como referenciais a classificação de tendências do Ambientalismo proposta por O'Riordan e a Teoria das Representações Sociais de Moscovici, a autora apresenta pesquisa realizada em nível de doutorado que teve, entre seus objetivos, a identificação de representações sociais e práticas em EA de um grupo de educadores(as) ambientais. A metodologia foi qualitativa tendo como instrumentos questionários e entrevistas. Por meio da análise dos discursos foram identificados quatro tipos de representações sociais a respeito dos objetivos e estratégias da EA frente à problemática socioambiental. Os dois primeiros atribuíam à EA o objetivo de mudar atitudes e comportamentos individuais, porém o primeiro tinha um apelo racional e se aproximava da Educação Conservacionista. O 2º, inspirado pelo ideário romântico do ambientalismo gaianista, privilegiava estratégias como o autoconhecimento, a integração com a natureza e a valorização da afetividade. No 3º tipo, a EA deveria promover transformações no indivíduo e na sociedade, à semelhança do ambientalismo ecossocialista. O 4º tipo atribuiu à EA o objetivo de prover instrumentos de gestão ambiental, aproximando-se do ideário do ambientalismo tecnocêntrico. Entre as práticas em EA relatadas verificava-se uma gradação entre aquelas cujo foco era o indivíduo e sua relação com o mundo e outras cujo propósito era a resolução de situações-problema. A partir dos resultados pode-se concluir que as práticas sociais baseadas nos princípios da Educação Crítica conferem maiores possibilidades de gerar transformações na sociedade com vistas à melhoria da qualidade de vida.

**DESCRIPTORIOS:** Educação Ambiental, Representações Sociais, Práticas Ambientais

**ABSTRACT:** A great variety of social representations and practices develops in the context of Environmentalism and Environmental Education - EE. Based on a classification proposed by O'Riordan about trends of Environmentalism and the Theory of Social Representations proposed by Moscovici, the author presents a research that was developed as a doctorate thesis having among other aims to identify social representations and practices on EE of a group of environmental educators. The methodology was qualitative and the techniques used were questionnaires and interviews. By means of discourses analysis, it was possible to identify four types of social representations. The first two attributed to EE the task of changing people's attitude and behavior, but one of these two adopted a rational and conservationist approach. The second, most likely inspired by romantic ideas, recommended strategies such as self-knowledge, the integration of human beings to Nature and the promotion of affective bonds. The third one, probably inspired by ecossocialist ideas, attributed to EE the task of changing people's behavior and the social structure. According to the fourth type, EE should provide techniques and methods to face the problems, something that could be considered a technocentric approach. Their practices varied from those more related to the individual and her relationship with the world and those that focused mainly on problem-solving situations. The results showed that practices based on the principles of Critical Education have more potential to generate transformative actions for improving quality of life in society.

**KEYWORDS:** Environmental Education, Social Representations, Environmental Practices

**RESUMEN:** Una gran variedad de representaciones y de prácticas sociales se desarrolla en el contexto del ambientalismo y de la educación ambiental - EA. De acuerdo con una clasificación propuesta por O'Riordan sobre tendencias del ambientalismo y de la teoría de las representaciones sociales propuestas por Moscovici, el autor presenta una investigación que fue desarrollada como tesis de doctorado que tenía entre otros objetivos identificar representaciones y prácticas sociales en EA de un grupo de educadores ambientales. La metodología fue cualitativa y las técnicas usadas cuestionarios y entrevistas. Por medio del análisis de los discursos, fue posible identificar cuatro tipos de representaciones sociales. Las dos primeras atribuyen a la EA la tarea de cambiar la actitud y del comportamiento de la gente, pero uno de ellas adopta un acercamiento racional y conservacionista. La segunda, inspirada muy probablemente por ideas románticas, recomienda estrategias tales como conocimiento de sí mismo, integración de seres humanos a la naturaleza y la promoción de enlaces afectivos. La tercera, inspirada probablemente por las ideas eco-socialistas, atribuye a la EA la tarea de cambiar el comportamiento de la gente y la estructura social. Según el cuarto tipo, la EA debe proporcionar técnicas y métodos para hacer frente a los problemas, algo que se podría considerar un acercamiento tecnocéntrico. Sus prácticas van de las más relacionadas al individuo y a su relación con el mundo y a las que se centran principalmente en situaciones de resolución de problemas. Los resultados demostraron que las prácticas basadas en los principios de la educación crítica tienen más potencial de generar acciones transformativas como para mejorar la calidad de la vida en sociedad.

**PALABRAS-LLAVE:** Educación Ambiental, Representaciones Sociales, Prácticas Ambientales

\* Doutora em Saúde Pública pelo Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo. Especialista em Educação Ambiental pela Universidade de São Paulo e Macquarie University, Sydney, Austrália. E-mail: andreaforesi@yahoo.com.br

## Introdução

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Ambientalismo, em geral, e da Educação Ambiental – EA, em particular, traduzem uma ampla diversidade de representações sociais e práticas em todo o planeta. Como consequência, vários pesquisadores têm se dedicado a analisar as idéias presentes nas várias correntes ambientalistas existentes e suas repercussões sobre as práticas sociais.

O pesquisador O’Riordan (1989), por exemplo, considerado um dos pioneiros nos estudos das tendências ocidentais do Ambientalismo e da gestão de recursos, principalmente européias, tece sua análise a partir de duas perspectivas denominadas de “tecnocêntrica” e “ecocêntrica”.

A classificação proposta pelo autor, mesmo refletindo tendências presentes nas décadas de oitenta e noventa, continua sendo bastante referenciada e tem embasado análises efetuadas por outros estudiosos dessa temática, entre os quais pode-se citar Eckersley (1992); Fien (1995); Pepper (1995, 1996); Dryzec (1997) e Gough (1997).

O’Riordan caracteriza a corrente ambientalista tecnocêntrica como sendo aquela que apóia a manutenção da estrutura de poder vigente e incentiva uma maior responsabilidade por parte das instituições políticas, reguladoras, educacionais e de planejamento no enfrentamento dos problemas ambientais. A corrente ecocêntrica, por sua vez, defende a redistribuição do poder no sentido da criação de uma economia descentralizada que garanta a justiça e a participação social. Na classificação proposta pelo autor, cada perspectiva se subdivide em duas vertentes.

De acordo com a perspectiva tecnocêntrica, o presente modelo de sociedade é capaz de resolver, continuamente, os problemas ambientais que se apresentam. Para isso deve-se recorrer à ciência clássica, à tecnologia e às avaliações econômicas convencionais. Não preconiza nenhuma alteração radical nas estruturas sociais, econômicas ou políticas, e confere poucas possibilidades de participação pública genuína nos processos decisórios (Pepper, 1995).

A vertente do tecnocentrismo denominada “intervencionista” caracteriza-se por acreditar na eficiência da ciência, nas forças de mercado e na gestão de recursos. Atribui à engenhosidade humana e ao desenvolvimento tecnológico a capacidade de contornar limitações existentes em determinados períodos históricos que possam dificultar a satisfação de todas as necessidades e desejos humanos (Fien, 1995). Paradoxalmente, os “intervencionistas” defendem ingerências livres na natureza, porém não aceitam intervenções na economia.

A segunda vertente do tecnocentrismo é a “acomodacionista”. Reconhece que os impactos humanos sobre a natureza devam ser moderados e apóia a realização de algumas reformas que levem em conta o componente ambiental. Acredita que pode acomodar demandas por meio da adequação de instituições, legislação ambiental, gestão ambiental fundamentada em análises custo/benefício e análises de risco, e intervenções na economia através da aplicação de taxas e penalidades, fixação de padrões, entre outros. Produz mudanças superficiais e constitui essencialmente uma estratégia de sobrevivência para o *status quo* po-

lítico. Para os acomodacionistas a Educação deve gerar tão somente mudanças comportamentais e nos estilos de vida (Pepper, 1995).

O ecocentrismo considera a humanidade como parte de um ecossistema global, por isso está sujeita a restrições. Respeita a natureza em razão de seu valor intrínseco e leva em consideração as limitações que seus sistemas impõem. Advoga a utilização de tecnologias limpas e de pequena escala porque são consideradas potencialmente mais adequadas em termos ambientais e mais democráticas, por permitir a participação de um número maior de pessoas e comunidades (Pepper, 1995). A corrente ecocêntrica subdivide-se entre as vertentes “gaianista”<sup>1</sup> e a “comunalista”/“ecossocialista”<sup>2</sup>.

A vertente gaianista inspira-se intensamente na filosofia da Ecologia Profunda a qual considera que os elementos físicos da natureza e os outros seres vivos estejam no mesmo nível de importância que os seres humanos. Defende os direitos da natureza, caracterizando o que se chama de “biocentrismo”. Entre os gaianistas há adeptos do movimento *new age*, que conferem um caráter místico à natureza e a reverenciam. Atribuem como causas dos problemas ambientais os valores pessoais, os estilos de vida inadequados, o aumento populacional e o crescimento econômico, especialmente através da industrialização e tecnologia inapropriadas (Fien, 1995).

Segundo Dryzec (1997), a perspectiva gaianista representa uma herança ou retorno ao ideário romântico do século XIX. O autor explica que seus adeptos querem mudar o mundo, mas acreditam que o melhor caminho seja por meio de mudanças individuais, por

1. O termo “gaianista” foi inspirado pelas idéias subjacentes à hipótese de Gaia, apresentada por John Lovelock, que considera a Terra (“Gaia”) como um complexo organismo vivo. Diferentemente de muitos gaianistas, o autor não atribui inteligência à Gaia. Tampouco se pode afirmar que Lovelock esteja vinculado a esta corrente.

2. O’Riordan intitula essa última vertente de “comunalismo” enquanto Fien, Pepper e outros autores a chamam de “ecossocialista”.

isso valorizam práticas voltadas às experiências positivas na natureza e ao desenvolvimento da sensibilidade “ecológica”.

Para os gaianistas, as leis ecológicas deveriam regular as relações sociais, o comportamento humano e as instituições, de modo que se restabelecesse a harmonia entre sociedade e natureza. A posição gaianista é oposta à intervencionista.

Na prática, por vezes, a idéia de regulação das relações sociais de acordo com as leis ecológicas é levada a extremos. Entre os adeptos da Ecologia Profunda há, por exemplo, um grupo que recomenda que a África seja deixada à própria sorte, de modo que as leis naturais possam atuar e re-equilibrar o balanço entre um número menor de pessoas e os recursos disponíveis. Essa posição evidencia a falta de senso ético e humanitário e, na melhor das hipóteses, revela a ignorância dessas pessoas quanto aos aspectos históricos, políticos e econômicos que fizeram com que o referido continente chegasse às condições atuais. Além disso, as leis ecológicas estão bastante atuantes no sistema capitalista e só têm gerado desequilíbrios. A cada dia se vê que, devido à “lei do mais forte”, os trabalhadores, as pequenas e médias empresas, e os países com menor poder de barganha têm sido mantidos em posições desvantajosas.

Os ecossocialistas acreditam que os problemas ambientais sejam resultantes de problemas sociais cujas raízes residem nas estruturas sócio-econômicas e políticas injustas e excludentes, e que portanto devem ser transformadas com o intuito de garantir o desenvolvimento sustentável e um adequado padrão de vida para todos. Atribuem às características do capitalismo as causas dos problemas ambientais e sugerem sua superação pela via do socialismo. Contudo, esclarecem que isso não significa a recriação

do sistema que prevaleceu nos países da “cortina de ferro” e no modelo chinês, os quais consideram como um capitalismo de Estado. Para os defensores desse ideário, a sustentabilidade ecológica só será possível a partir da justiça social (Pepper, 1996).

Os princípios socialistas básicos – igualitarismo, eliminação do capitalismo e da pobreza, distribuição dos recursos de acordo com as necessidades e a democracia – são também considerados princípios ambientalistas. Os ecossocialistas esclarecem que a derrocada do capitalismo não se dará por meios violentos e que, provavelmente, o maior catalisador para as transformações será seu próprio fracasso em produzir as condições que promete (mesmo para uma minoria), e reprimir o descontentamento da maioria marginalizada. Sendo assim, a sociedade preconizada pelo ecossocialismo só será criada quando a maioria das pessoas a quiserem e se dispuserem a mantê-la.

Em contraposição ao biocentrismo, a vertente ecossocialista considera que embora os seres humanos sejam parte da natureza, não estão no mesmo nível dos outros animais. Além disso, rejeita a sacralização da natureza, mas valoriza a espiritualidade humana (Eckersley, 1992).

Um conceito central do pensamento ecossocialista é a crença no fato de que o meio ambiente deva ser visto como uma totalidade composta por sistemas sociais e naturais interdependentes. É uma visão similar à gaianista, entretanto, enquanto os gaianistas defendem uma posição idealista em que a organização social deveria seguir os padrões da natureza, os ecossocialistas reconhecem que o ambiente é uma construção social desenvolvida para servir e refletir formas particulares de política econômica, e que diferentes prioridades no uso social da

natureza criam diferentes sistemas de produção e de organização do espaço. Consideram o meio ambiente capaz de sustentar os sistemas naturais, o desenvolvimento econômico e sociedades humanas justas, e argumentam que as condições sociais de produção e consumo devem basear-se em relações harmoniosas, não apenas entre a sociedade e a natureza, mas entre indivíduos e grupos dentro da sociedade, refletindo objetivos socialmente desejáveis e processos democráticos (Fien, 1995; Pepper, 1995).

Muitos autores ecossocialistas criticam a falha dos ambientalistas gaianistas em desenvolver uma análise política coerente. Argumentam que as esperanças e planos dos gaianistas em realizar transformações nos valores individuais, embora sejam necessários, são insuficientes para a realização das mudanças pretendidas. Os adeptos dessa corrente consideram que existem relações dialéticas entre os valores pessoais e as estruturas sociais, de modo que um lado influencia o outro. Reconhecem a política como a prática do poder sobre a produção, distribuição e uso de recursos e, por conseguinte, como um processo no qual todos os setores e membros da sociedade participam, de forma que, estando cientes ou não, são considerados cúmplices das causas dos problemas ambientais e podem exercer um papel ativo na sua resolução.

Os ecossocialistas defendem o aprimoramento da legislação, o planejamento e a gestão ambiental a fim de prover os recursos necessários para a promoção da equidade social, e criticam as abordagens reformistas por oferecerem apenas uma solução limitada aos problemas ambientais. Alertam sobre o perigo inerente ao pensamento ambientalista tecnocêntrico que define os problemas ambientais como problemas técnicos a serem resolvidos

ou geridos por especialistas, o que reduz o papel da ação individual. Nesse sentido, Fien (1995) argumenta que a equidade social só poderá ser alcançada quando a legislação refletir uma preocupação em relação ao desenvolvimento ecologicamente sustentável e à justiça social, e quando a gestão ambiental e a produção forem baseadas na utilização de tecnologias de pequena escala por uma rede de comunidades relativamente autônomas, socialmente justas e sustentáveis.

A atribuição das causas dos problemas ambientais aos processos da economia mundial e ao consumismo é uma característica que distingue o ecossocialismo. Isso contrasta com explicação gaianista, que considera os valores e estilos de vida inadequados, o aumento populacional e o crescimento econômico (especialmente através da industrialização e tecnologia inapropriadas) como as principais causas dos problemas ambientais. Ecossocialistas reconhecem essas questões como sintomas, e criticam os gaianistas por falharem no enfrentamento das reais causas dos problemas e desviarem a atenção em relação aos que controlam a produção e a sociedade.

Segundo Pepper (1995) muitas sementes das mudanças estruturais preconizadas já podem ser identificadas. Por exemplo, a formação de cooperativas de trabalhadores e consumidores, a valorização e incremento do consumo de produtos “ecológicos”, a emergência de novos movimentos sociais, o movimento da produção socialmente útil, e outras alternativas que desafiam o capitalismo. O autor considera que as ações potencialmente mais relevantes sejam aquelas que reforcem a democracia e o poder da coletividade enquanto detentora dos meios de produção

(principalmente as comunidades) e envolvam os movimentos de trabalhadores, os quais vislumbra como uma força importantíssima para a mudança social e sugere que eles se reconheçam também enquanto participantes do movimento ambientalista, conforme o fizeram em vários momentos da história.

Essas vertentes do pensamento ambientalista ao mesmo tempo em que refletem representações sociais sobre a problemática atual, suas causas e possíveis soluções, dão origem a práticas sociais diversificadas que, por sua vez, reafirmam ou alteram as representações que lhes davam sustentação. Assim, de acordo com Rouquette (1998): “convém tomar as representações como uma *condição das práticas*, e as práticas como uma *agente de transformação das representações*” (grifos no original).

A diversidade de interpretações a respeito do papel da Educação Ambiental frente à realidade socioambiental motivou o desenvolvimento de pesquisa em nível de Doutorado (Pelicioni, 2002) que buscou, entre seus objetivos específicos, o desvelamento de representações sociais sobre Educação Ambiental e a identificação de práticas sociais desenvolvidas por educadores(as) ambientais atuantes no Estado de São Paulo.

## Metodologia

Para desenvolver a pesquisa optou-se pela abordagem qualitativa, tendo como referencial para a análise dos discursos a Teoria das Representações Sociais forjada por Moscovici (1978). Em relação à coleta dos dados, foram aplicados 100 questionários e realizadas 21 entrevistas em profundidade com educadores(as) ambientais que participavam dos Cursos de Espe-

cialização em Educação Ambiental promovidos pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Os sujeitos da pesquisa possuíam diferentes tipos de formação universitária nas áreas de Biologia, Geografia, Administração de Empresas, Economia, Fonoaudiologia, Engenharia Agrônômica, Filosofia, Comunicação Social, Psicologia, Pedagogia, História e Ciências Sociais.

Esses(as) educadores(as) possuíam experiências diversificadas de trabalho em Educação Ambiental desenvolvidas no ensino fundamental, médio e superior; em Secretarias Municipais de Meio Ambiente e de Saúde; Secretaria de Estado do Meio Ambiente; Serviço Municipal de Água e Saneamento; área de desenvolvimento gerencial de uma empresa de grande porte; parques municipais; Unidades de Conservação estaduais; Organização não-governamental da área social; negócios particulares ligados aos ramos recreativo e imobiliário; área de Comunicação Social de um programa habitacional; empresas de assessoria a projetos de educação e gestão ambiental; Núcleos Regionais de Educação Ambiental; ONG ambientalista de grande porte, entre outras.

## Análise dos resultados

Por meio da análise dos discursos foram identificados quatro tipos de representações sociais a respeito dos objetivos e estratégias da EA em relação ao enfrentamento da problemática socioambiental da atualidade.

Os dois primeiros tipos eram semelhantes quanto ao objetivo de mudar as atitudes<sup>3</sup> e comportamentos dos indivíduos, porém as estratégias recomendadas eram diferentes.

3. O termo atitude refere-se às motivações, crenças e valores individuais (Green e Kreuter, 1991).

No primeiro tipo, a representação da Educação Ambiental se aproximava da proposta da Educação Conservacionista (Iucn, 1965) forjada no início do século XX. De acordo com essa abordagem, o ser humano deveria ser capacitado para melhor utilização dos recursos naturais por meio da construção de conhecimentos (a respeito das inter-relações existentes no ambiente e das formas ideais de manejo dos recursos), do desenvolvimento de habilidades específicas e do desenvolvimento de uma “preocupação” (*sense of concern*) em relação à qualidade ambiental. Neste caso, configurava-se um apelo à racionalidade humana. Em relação aos outros tipos de representações sociais em Educação Ambiental identificados entre os sujeitos da pesquisa, esse era o que apresentava maior número de respostas.

Para exemplificar os tipos de representações sociais serão apresentadas partes das respostas dos(as) educadores(as), cujas identidades foram preservadas por meio da utilização de nomes fictícios.

Os seguintes fragmentos ilustram o primeiro tipo de representação social identificado:

*[Educação Ambiental] é o processo de informação, sensibilização e conscientização das pessoas com relação às questões ambientais. Geralmente este processo tem o objetivo de criar nas pessoas valores, hábitos e comportamentos compatíveis com a preservação e bom uso dos recursos ambientais e também atitudes participativas no processo de gestão de tais recursos. [Caio – graduado em Eng. Agrônômica]*

*A EA é uma forma de compreendermos a interdependência entre todos os seres vivos com o meio onde vivem e com isso mudar suas atitudes e valores para que as gerações futuras também possam usufruir, com qualidade de vida, o que ainda nos resta de bens/recursos naturais – criar*

*um pensamento onde o desenvolvimento sustentado seja perseguido ao máximo. [Luís – graduado em Economia e Administração]*

Um segundo tipo de resposta parecia ser inspirado pelo ideário romântico presente na vertente ambientalista gaianista. Neste caso, também se atribuía à Educação Ambiental o objetivo de promover mudanças atitudinais e comportamentais, mas a estratégia utilizada seria a integração do ser humano à natureza e o estreitamento das ligações afetivas. São exemplos desse tipo de representação respostas como:

*[Educação Ambiental] é a ampliação da percepção deste ambiente (Terra), o conhecimento e mais que isso o contato afetivo que se dá e se transforma a cada dia que conhecemos mais e trocamos mais com ele (ambiente). [Nina – graduada em Geografia]*

*[EA] é a forma pela qual as pessoas podem estabelecer ligações com todos os elementos da natureza e saber a importância de sua preservação, abordando fatores políticos, sociais, econômicos, éticos e estéticos, mudando sua forma de agir, sendo co-responsável na resolução de problemas. [Rosa – graduada em Biologia]*

O terceiro tipo de representação, à semelhança da perspectiva adotada pela vertente ambientalista ecossocialista, atribuía à Educação Ambiental o objetivo de promover transformações não apenas no indivíduo mas na sociedade. O seguinte trecho é emblemático:

*[Educação Ambiental] é instigar o questionamento sobre as ações humanas e as suas conseqüências. Demonstrar problemas e buscar soluções com a comunidade. Transformar comportamentos, hábitos, idéias e ideais; enfim transformar a realidade em algo melhor de se fazer parte. ‘Humanizar’ a realidade. [Edna – graduada em Filosofia]*

Em um quarto tipo de resposta, atribuía-se à Educação Ambiental o objetivo de prover instrumentos de gestão ambiental, configurando, dessa forma, uma representação alinhada ao ideário da corrente ambientalista tecnocêntrica, que sugere que os problemas ambientais possam ser resolvidos pela ciência, tecnologia e pela aplicação de regras na utilização dos recursos naturais. As seguintes respostas são exemplares:

*[A Educação Ambiental] promove métodos, técnicas e conhecimentos adequados nesta área [ambiental] para melhor equação dos problemas ambientais, para melhor indicação de propostas de solução ou mesmo para prevenir danos futuros na inter-relação homem-ambiente.*

*[Bel – graduada em Pedagogia] É orientar pessoas, empresas, governos para melhor utilização dos recursos naturais, garantindo qualidade de vida e a preservação. É a busca/pesquisa contínua de métodos de produção e formas de uso adequadas às questões de preservação de recursos. [Lola – graduada em Comunicação Social]*

Quando os(as) entrevistados(as) foram indagados a respeito das práticas que desenvolviam como Educação Ambiental verificou-se uma gradação entre aquelas cujo foco inicial era o indivíduo e sua relação com o mundo e outras cujo foco inicial era a resolução (ou prevenção) de uma situação-problema e, em vista disso, trabalhar-se-ia com determinado(s) grupo(s) diretamente envolvido(s).

Em meio às práticas que focalizavam inicialmente o ser humano estavam aquelas que se aproximavam do ideário gaianista e buscavam despertar a dimensão íntima das pessoas envolvidas para que se sentissem integradas e responsáveis por tudo o que estivesse à sua volta. As estratégias utilizadas eram vivências que possibilitassem

a sensibilização, a “religação com o todo”, a exploração dos sentidos e a reflexão sobre a própria vida. O argumento utilizado era o de que as pessoas estabeleciam “relações errôneas” com o mundo porque ficavam automatizadas, fechadas, insensíveis. Porém, a partir da sensibilização promovida pela Educação Ambiental, as pessoas poderiam se dar conta da realidade, abrir-se para novas possibilidades de relacionamento e gerar mudanças interiores e exteriores. O depoimento de uma educadora evidencia essa abordagem:

*(...) A Educação Ambiental tem que trabalhar o homem no seu contexto, na sua parte cultural, na sua parte emocional. (...) Então, tem que mexer com a emoção e sensibilidade das pessoas em um primeiro momento. (...) Aí a pessoa se abre e se despoja daquela couraça do dia-a-dia e dos problemas do dia-a-dia (...) começa a falar dela, falar das relações, do trabalho, da casa, de tudo. E aí, você tem um aliado do seu lado para fazer mudanças. [Bel – graduada em Pedagogia]*

Atividades educativas que buscavam promover a integração das pessoas à natureza também poderiam ser utilizadas dentro dessa perspectiva, sendo a natureza representada como aquela que poderia proporcionar uma experiência única aos indivíduos, despertando suas emoções e desencadeando novas formas de ver e se relacionar com o mundo.

Essas práticas também auxiliariam na consecução de um outro objetivo, qual seja, promover a valorização e a proteção da natureza (e das Unidades de Conservação) por meio do fortalecimento de vínculos afetivos.

O que diferencia as atividades educativas desse tipo em relação a outras atividades realizadas em

ambiente natural, por exemplo, Estudos do Meio, é o fato de as atividades propostas no primeiro caso não se prenderem aos objetivos cognitivos privilegiados por esses últimos, ao contrário, outros objetivos atinentes à subjetividade como o desenvolvimento da afetividade e da sensibilidade estética são priorizados.

De modo geral, observa-se que nas atividades educativas realizadas em ambiente natural procura-se conciliar as duas perspectivas, lançando mão de apelos racionais (conhecer as inter-relações existentes) e de apelos emocionais (perceber a natureza e sentir-se conectado(a) a ela).

O depoimento de um dos entrevistados a respeito das atividades educativas desenvolvidas em seu sítio foi exemplar:

*Eu dividia as atividades (...) em grupos de 20 crianças, eram no máximo 100 crianças – 5 grupos, e nós fazíamos brincadeiras o dia inteiro. (...) Então, é deixar as crianças em contato com a natureza para fazer as crianças perderem o medo. (...) A pessoa chega lá no sítio e a primeira coisa que me pergunta é se tem cobra. Eu falo que tá cheio, mas também tá cheio de tatu, tá cheio de lagarto, tem bugio... Daí eles perguntam: “o que tem a ver o lagarto com a cobra?” [O educador responde] “é que o lagarto come as cobras e elas diminuem de número aqui no sítio”. Aí você começa a explicar sobre cadeia alimentar, equilíbrio ecológico... (...). [Luís – graduado em Administração de Empresas e Economia]*

Esse duplo enfoque é comumente adotado por várias Unidades de Conservação brasileiras e internacionais, e pelos chamados *Field Study Centres*, unidades de apoio à educação escolar destinadas à realização de trabalhos de campo, cria-

das pelo poder público em países como Canadá e Austrália.

Em relação às práticas em Educação Ambiental realizadas no ambiente escolar, os(as) entrevistados(as) afirmavam que essas extrapolavam a abordagem de conceitos da área ambiental e orientavam-se, principalmente, para a formação de valores e o aprimoramento das relações interpessoais, conforme relata uma professora:

*(...) Nas salas em que eu trabalho [aulas de Ciências], eu sempre discuto, na aula expositiva, fazendo com que os alunos possam pensar e refletir sobre o seu papel em relação ao meio ambiente (...) a questão da produção e consumo, reduzir o consumo, (...) eu procuro trabalhar a questão econômica, social. (...) Então, a questão ambiental não é só falar da Floresta Amazônica, o lixo na praia, (...) você tem que estar discutindo com eles os impactos que os seres humanos causam, (...) o quanto a sociedade tem que participar! (...) Não adianta você trabalhar Ecologia, Educação Ambiental e tudo mais o que você quiser, se você não estabelecer as relações humanas. Se você não trabalhar a Ecologia Interior... Eles [estudantes] não sabem o que é valor. Valor é aquilo que você valoriza. Mas que valores permeiam o ser humano? Eu me baseio nos 5 valores que o Instituto Sri Sathya Sai<sup>4</sup> vem desenvolvendo no mundo: o Amor, a Ação Correta (retidão), a Verdade, a Não Violência e a Paz. Baseados nesses valores nós levantamos [com os estudantes] os valores relacionados (...). E aí eu transfiro esses valores todos – por exemplo, a dignidade, a formação de caráter, que permeia todos esses valores – para o meio ambiente, para qualquer situação. (...) Nós fazemos um trabalho em grupo pra eles colocarem na*

4. É uma instituição com representação em vários países que tem por objetivo divulgar o programa de Educação em Valores Humanos criado pelo indiano Sri Sathya

*vida prática, baseados em estórias, como eles poderiam estar aplicando aqueles ensinamentos. (...) [Rosa – graduada em Biologia]*

Entre as práticas que poderiam ser identificadas a meio termo dos dois pólos da gradação anteriormente citada, estavam aquelas que trabalhavam no sentido da inclusão social por meio do restabelecimento dos elos sociais, do resgate da autoestima e da capacitação de pessoas para determinados tipos de ofício. Um dos grandes diferenciais desses tipos de trabalho de Educação Ambiental em relação a outros projetos de capacitação e geração de renda residia no processo pedagógico que valorizava a Educação Crítica, promovendo uma reflexão problematizadora a respeito da realidade e das possíveis formas de superação de determinados problemas.

Os seguintes depoimentos tratavam dessa perspectiva:

*Quando a gente foi para o parque [do Ibirapuera] a gente começou a ver que (...) havia várias pessoas em situação de risco social. (...) Eles não estavam inseridos no ensino fundamental, não estavam inseridos no mercado de trabalho e muito pouco preparados para qualquer coisa. A gente começou a achar que a inclusão destes jovens só poderia ser feita através do trabalho, (...) aí a gente acabou sugerindo e transformando uma oficina experimental [de jardinagem] em um projeto de capacitação profissional que se chama “Crer-Ser Germinando a Cidadania”. E deu super certo! Na 1ª turma, de 1996, todos eles acabaram voltando para escola ou para grupos de alfabetização porque ocorreu a “necessidade sentida”. (...) A gente trabalha muito as questões de cidadania, mas mais do que isso, as questões emocionais, sociais... A reflexão sobre as condições de vida deles faz parte do projeto de trabalho, a gente discute temas atuais, procura levá-los a pensar, a ter uma crítica em cima*

*da condição deles e a ter uma responsabilidade também a respeito do que estão fazendo, porque estão fazendo; passando a “coisa” de eles serem cidadãos que possuem direitos e deveres sociais, e a responsabilidade da escolha do caminho. [Cely – graduada em Fonoaudiologia]*  
*A gente tá criando um Núcleo de Educação Ambiental dentro da comunidade [do Jardim Santo André/SP]. (...) A idéia é criar um espaço de referência pras questões ambientais dentro da comunidade e que esse espaço funcione através da mobilização das pessoas que trabalham com artesanatos diversos e expressões culturais que o lugar tem. (...) Então, que esse Núcleo [de EA] tenha condição de manter pelo menos um curso de capacitação por mês, cursos que tenham a intenção de gerar renda (...). Acreditando que é uma população que tem um potencial artístico fantástico (...) e que se estiver produzindo música, se estiver produzindo arte, não está na marginalidade, não está na droga, não está no subemprego, não está fazendo qualquer coisa para tirar um trocado, que é a realidade naquela comunidade... (...) Acreditando nessa potencialidade, com isso, a gente consegue tirar uma parte desses adolescentes, desses jovens. E também, ao mesmo tempo, está se criando uma consciência de “que lugar é esse que a gente vive? Como é que a gente vive aqui em cima da área de manancial? Como é que a gente vive num lugar que antes era uma mata importante para a cidade e agora o está tudo ocupado? Como o córrego em que há 15 anos se pescava, hoje é um canal de esgoto? O que é a gente pode mudar? Politicamente, quem a gente pode estar elegendo? Como é que a gente pode estar lidando com essas coisas?” [Théo – graduado em Administração de Empresas]*

Existiam, também, práticas orientadas para a resolução ou

prevenção de situações-problema que, sob a inspiração da Agenda 21 ou da máxima “agir localmente – pensar globalmente”, buscavam despertar ações na comunidade no sentido do fortalecimento de sua autonomia, do desenvolvimento do senso de pertencimento e do cuidado com o local, para que ela tomasse mais iniciativas em seu benefício e se tornasse menos dependente da ação governamental.

*Todo mundo espera que a Prefeitura e o Estado façam tudo. (...) Então nós vamos conversar com essas pessoas, principalmente resgatando a cidadania e o cuidar do local, quer dizer: Agenda 21 - pensar global e agir local. Então a gente bate em cima disso: “você mora numa aldeia lá no meio do mato? Pra onde vão os plásticos, as garrafas, o lixo? Onde vocês põem isso? Vocês não cuidam disso? Vamos cuidar!” Então você vai puxando por isso... e [vai] tirar o papel do Estado, do Município (...). Nós que temos que cuidar do nosso espaço, se a gente não cuidar, ninguém vai cuidar. [Luís – graduado em Administração de Empresas e Economia]*  
*(...) Eu sinto que a Educação é isso mesmo: uma possibilidade de você agir de uma forma diferente. Por isso que eu digo que deveria ser pela ação, de ir construir ações com a comunidade... “como é que a gente modifica isso? Vamos só depender do governo?”. (...) A nossa intenção é fortalecer a ação comunitária pra que eles melhorem a qualidade de vida deles através dessas pequenas ações. É transformar mesmo, fortalecer-los como cidadãos (...). [Edna – graduada em Filosofia]*

Em relação ao trabalho com comunidades de baixa renda, três depoimentos fizeram relatos a respeito de como achavam que os projetos de Educação Ambiental deveriam ser conduzidos idealmente. Nesse caso, foi interessante observar que esses(as) educadores(as) trabalha-

vam em órgãos governamentais ou em parceria com eles.

No primeiro discurso, a tônica recaiu sobre a auto-sustentabilidade. A idéia era promover a geração de renda por meio da utilização de recursos naturais locais e ao mesmo tempo garantir a conservação ambiental:

*[A Educação Ambiental poderia ser trabalhada de forma a] promover alguma coisa assim... de auto-sustentabilidade na região. (...) Nós vamos trabalhar com plantas medicinais e confecção de travesseiros, sachês, (...) agricultura orgânica também. Eu acho que é a característica da região. [Rita – graduada em História]*

Os outros dois discursos enfatizaram aspectos da Educação Crítica como a abordagem política, o empowerment do grupo e a compreensão da complexidade da problemática socioambiental. Os seguintes trechos são exemplares:

*O projeto [de EA] tem que levantar problemas ambientais, sociais e estruturais, discutir e buscar soluções. Buscar caminhos a se seguir. O projeto tem que despertar um inconformismo, tem que despertar uma mobilização política, ele tem que mostrar como é que as políticas públicas funcionam, como é que as coisas acontecem politicamente, administrativamente, nos órgãos públicos. O projeto tem que mostrar funcionamentos diferentes, locais que são espaços parecidos, mas que funcionam de outra maneira. Ele tem que gerar mobilização em todos os segmentos (...) para estar mudando valores, mudando concepções, cobrando e sabendo cobrar. Cobrando! Para estar exigindo mudanças, exigindo melhorias na qualidade de vida. (...) Eu acho que a educação ambiental tem que estar fazendo as pessoas perceberem que existe uma péssima distribuição de renda e que existe essa estrutura de ilhas de capital e de desertos de*

*miséria... essas pessoas que percebem isso e, que fazem essa curva ao despertar, elas passam a ficar revoltadas, elas querem mudanças. Elas têm instrumentos de mudanças! [Théo – graduado em Administração de Empresas]*

*[O trabalho de Educação Ambiental deve] buscar coisas que eles [membros da comunidade] possam fazer... Trabalhar a organização da comunidade pra que ela possa se autogerir, se auto-organizar e discutir, exigir o que lhe é de direito. Se você vai trabalhar na EA a formação das pessoas, de grupos ou indivíduos, como você não vai trabalhar a organização, a participação, o se autogerir, o assumir o projeto, saber o que eles querem? [Malu – graduada em Biologia]*

Vários(as) entrevistados(as) também disseram que trabalhavam com palestras, realização de campanhas educativas, cursos de extensão e elaboração de materiais de apoio à EA.

Um educador proveniente de uma ONG ambientalista de grande porte relatou um trabalho desenvolvido em apoio à educação escolar que focalizava situações-problema e estimulava a mobilização da comunidade:

*[Tratava-se de] um projeto de educação ambiental que tinha por objetivo trabalhar com 300 escolas [públicas e privadas, de várias cidades], formar grupos de jovens dentro dessas escolas para que pudessem intervir perante os problemas ambientais. (...) O trabalho, num primeiro momento, foi o de formar um material de apoio pro projeto, que acabou virando um kit didático com 5 publicações, com o objetivo de dar sugestões e idéias sobre o que os grupos poderiam fazer com os vários problemas ambientais que eles pudessem encontrar, principalmente no meio ambiente urbano. Tinha vários problemas que eram abordados, por exemplo, patrimô-*

*nio histórico, transporte público, trânsito... (...) Tinha também possibilidade de trabalhos com poluição da água, poluição sonora, poluição atmosférica, áreas verdes, praças, cultura e lazer, área esportiva, lixo... (...) Outra publicação [abordava] que tipo de instrumentos eles poderiam desenvolver pra se tornar um grupo de ação, pra que eles se tornassem uma pequena ONG ambientalista. (...) Por exemplo, uma pesquisa de opinião pública, um abaixo-assinado... [A publicação] ensinava como escrever artigos para um jornal local, como entrar em contato com o poder público, como identificar colaboradores locais da comunidade pra ajudá-los na tarefa, [havia] fichas de observação do problema, pra entender melhor o problema e intervir. (...) Depois tinha uma [outra] publicação com textos sobre os principais problemas ambientais da cidade (...) e o que toda essa proposta tinha a ver com cidadania. (...) Apesar de o projeto ser urbano sempre tinha ligações com o ambiente natural. (...) Na verdade a educação ambiental ensina isso: que os elementos do sistema ambiental não estão isolados, então, quando se intervém numa coisa deve-se considerar a relação com o todo. (...) Muitas vezes os projetos dos grupos tornavam-se projeto da escola (...) até um projeto comunitário. Aliás essa era uma diretriz também, construir um caminho de colaboração, um trabalho conjunto com a comunidade do entorno. (...) [Caio – graduado em Engenharia Agrônoma]*

Uma professora falou a respeito de um trabalho desenvolvido na Educação Infantil que também abordava situações-problema:

*O pré [pré-escola] trabalha com Educação Global. Com a visão de mundo: futuro provável X futuro preferível. Eles [estudantes] trazem recortes dos acontecimentos ruins que estão acontecendo (...)*

*depois eles trazem fotos das coisas bonitas. Então, estão os dois lados ali – coisas ruins e coisas bonitas. Como fazer a ligação? (...) A gente vai buscar as soluções! E a partir do momento em que elas constróem o futuro preferível, elas estão trabalhando possibilidades. (...) Isso é que é importante! É a ligação, com sugestões simples de crianças de 3 a 6 anos! Então elas constróem! [Rosa – graduada em Biologia]*

## Discussão

O predomínio de representações sociais que espelham o ideário da Educação Conservacionista mostra a forte influência dessa abordagem no Brasil e explicita as dificuldades de vários(as) educadores(as) em perceber que a Educação Conservacionista constitui apenas uma pequena parte da Educação Ambiental (Pelicioni, 2002, 2004).

É interessante observar também que em vários discursos a respeito da Educação Ambiental não se mencionava o objetivo final do processo educativo, ou seja, o ideal a ser alcançado e que, em última análise, justificaria a própria existência da Educação Ambiental.

Essa situação é semelhante ao que ocorre na prática, quando, em muitos projetos o objetivo final não é explicitado, tampouco discutido e acordado entre os participantes. Isso acaba comprometendo a qualidade dos trabalhos por gerar processos que parecem não ter uma intencionalidade explícita e, assim, acabam ficando encerrados neles próprios.

Partindo do pressuposto de que não existe educação neutra e que, portanto, toda prática pedagógica traduz um posicionamento ideológico a respeito do papel da educação face à realidade social que se tem e que se quer ter, conforme ressaltam vários autores como Freire (1987); Brandão (1995); Fien (1995); Reigota (1999); Pelicioni AF (1998,

2002) e Pelicioni MCF (2004), torna-se fundamental a explicitação da ideologia que está por trás das práticas educativas, a fim de que se possa identificar e planejar o tipo de EA que se pretende fazer, bem como a situação ou o ideal que se almeja alcançar.

Este é um exercício importante não só para o(a) educador(a) ambiental, mas para todo o grupo envolvido no processo pedagógico. Há que se ter clareza dos valores, crenças, conceitos e objetivos que estão por trás das ações a serem desenvolvidas, a fim de que se possa buscar coerência, adequar a forma de abordagem, a metodologia, entre outros aspectos. Há que se fazer questionamentos do tipo: quais os objetivos do projeto educativo? Qual a situação ou o ideal a ser alcançado? Participação comunitária? Inclusão social? Preservação ambiental? Desenvolvimento Sustentável? Qualidade de Vida? Qual a abordagem pedagógica mais adequada? O que pode ser desenvolvido a curto, médio e longo prazos?

Reflexões e discussões dessa natureza poderão prover valiosas oportunidades de se aprimorar a construção do futuro, concebendo e planejando propostas democráticas e de maior alcance.

Outro aspecto que merece destaque em relação ao discursos dos(as) educadores(as) referia-se ao objetivo de mudar comportamentos individuais como se isso fosse suficiente para engendrar as profundas transformações necessárias e reverter a grave situação em que a humanidade se encontra. Essa recorrência não causa estranhamento tendo em vista o fato de que também é a abordagem preferencial de documentos oficiais da área ambiental, da mídia e de um número expressivo de publicações, que ecoam as idéias de quem os patrocina e não têm interesse em provocar mudanças significativas.

A ênfase na mudança de comportamento individual ofusca a dimensão política das questões socioambientais e, como ressalta a vertente ambientalista ecossocialista, contribui para o prolongamento do *status quo* e para o atraso nas transformações estruturais necessárias. Portanto, é preciso que se realizem, concomitantemente, mudanças individuais e estruturais.

A crença na divulgação de informações (por meio de palestras, cartilhas, campanhas, entre outras) como principal estratégia a ser utilizada na EA também merece algumas considerações. É certo que as informações, além de serem parâmetros para a tomada de decisões, constituem fonte de poder, daí a importância de disponibilizá-las para toda a sociedade, de modo a possibilitar a participação democrática de todos os seus membros.

Porém, a confiança no fato de que as pessoas, a partir do simples acesso a informações, possam resolver os problemas socioambientais que as afligem, desconsidera os limites impostos pelas estruturas da sociedade e demonstra uma fé exacerbada na racionalidade, capacidade de envolvimento e coerência dos seres humanos. Conforme indicam Green e Kreuter (1991) as práticas individuais dependem de uma conjunção de fatores, a saber: fatores que *predispõem* (por exemplo, os conhecimentos, as atitudes/valores), fatores que *possibilitam* (p. ex., as habilidades, a estrutura existente) e fatores que *reforçam* (p. ex., a valorização ou recriminação de outras pessoas em relação a determinadas condutas).

Alguns sujeitos da pesquisa atribuíam à Educação, em geral, ou à Educação Ambiental, em particular, a responsabilidade principal pela reversão da problemática socioambiental ou pela transformação social, esses discursos espelhavam um tipo de representação que,

segundo Brandão (1995), pode ser chamado de “utopismo pedagógico”. Em contraposição a essa representação, o autor explica que existe uma relação dialética entre a Educação e as estruturas sociais, de modo que a Educação ao mesmo tempo em que as influencia, é também influenciada por elas, o que limita o seu poder de engendrar mudanças no *status quo*.

Em relação às práticas de Educação Ambiental que procuram diminuir a responsabilização do poder público quanto à resolução dos problemas, passíveis de serem solucionados ou minimizados em âmbito local, é preciso ter em mente que, se por um lado, essas práticas são importantes por estimular a atuação cidadã, a participação, o fortalecimento comunitário, o exercício e o aprimoramento de sua capacidade de busca, principalmente, diante das lacunas deixadas pelo Estado, por outro lado, faz-se necessário lembrar que a mobilização local deve ocorrer também para provocar a responsabilidade do poder público, com vistas à resolução conjunta das situações em foco. Nesse sentido, a comunidade não deve atuar em substituição às responsabilidades públicas, pois essas significam a evolução da própria sociedade, mas deve procurar a realização de ações em parceria, o que também significa exercer a cidadania, além de contribuir para a transparência da coisa pública.

As palavras de Pelicioni e Philippi Jr (2002) são emblemáticas a esse respeito:

*A educação voltada para a formação e exercício da cidadania pressupõe valores individuais e coletivos que devam conduzir a uma nova ética global e à defesa da vida, mas pressupõe também, a criação e implementação de políticas públicas que possam garantir o atendimento das necessidades coletivas para a construção de uma sociedade demo-*

*crática mais humana. Educar no caminho da cidadania responsável exige também novas estratégias de fortalecimento da consciência crítica, a fim de habilitar os grupos de pressão para uma ação social comprometida com a reforma do sistema social (p.349).*

Assim, pode-se perceber a importância da abordagem crítica da Educação, e, em especial, da Educação Ambiental, a qual poderá contribuir para a conformação de um projeto social mais justo, democrático e igualitário, em bases sustentáveis.

No que se refere à estratégia de resolução de problemas ambientais locais, como metodologia da Educação Ambiental, é recomendável que o problema local seja trabalhado como um tema-gerador, de modo que sua abordagem permita extrapolar a análise dos fatores diretamente envolvidos com problema em foco, contribuindo para um nível mais complexo de compreensão. O problema do lixo, por exemplo, deve ser abordado e enfrentado considerando-se toda a sua complexidade, desde o trinômio produção-distribuição-consumo de produtos até os valores subjetivos que permeiam o imaginário dos membros da sociedade de consumo, o papel da mídia, entre outros fatores que sustentam o sistema capitalista.

Raciocínio análogo deve ser feito em relação a problemas socioambientais de maiores dimensões, porém menos abordados nos projetos educativos como a pobreza e a fome no Brasil e no mundo. Nesse sentido, a Educação Ambiental deverá contribuir para desconstruir o senso comum e desmascarar mensagens simplistas que atribuem as causas desses problemas ao crescimento populacional, à insuficiência da oferta de alimentos, ao desperdício ou à incompetência das pessoas e do governo, e que, ardidamente,

deixam de lado o jogo de interesses e a lógica capitalista que determina a inserção diferenciada das pessoas e dos países no sistema produtivo, entre outras razões fundamentais de ordem político-econômica.

Quanto à realização de atividades educativas mais voltadas à sensibilização e/ou à construção de conhecimentos a respeito dos sistemas naturais e dos problemas socioambientais, é preciso que também sejam estimuladas discussões e a participação dos educandos na concepção de soluções possíveis para esses problemas e, se plausível, o próprio envolvimento dos mesmos, de acordo com suas capacidades, no esforço de enfrentamento dos problemas abordados.

Com isso, não se pretende invalidar propostas que desenvolvam a sensibilidade ou a interpretação ambiental – por exemplo, aquelas realizadas em contato com a natureza –, ou mesmo os Estudos do Meio, pois essas ações também contribuem para o desenvolvimento humano, para a construção de novos conhecimentos, promovem o bem-estar individual, aprimoram o senso estético, facilitam a interação grupal e a cooperação, e trazem outros benefícios para as pessoas. Contudo, deve-se chamar a atenção dos(as) educadores(as) para a necessidade de que essas atividades também contribuam para promover uma visão ampla da problemática socioambiental, que não fiquem encerradas nelas mesmas, mantendo perspectivas confinadas a objetivos imediatistas, restritos ao âmbito do indivíduo ou do grupo que participou da atividade, e que tampouco promovam uma visão acusatória de um “homem destruidor da natureza”, destituído de qualificações maiores e pertencente a uma humanidade portadora de possibilidades e interesses homogêneos.

Enfim, as práticas sociais em Educação Ambiental não devem

mascarar a dimensão política da problemática, sob pena de estarem contribuindo para o seu agravamento. Assim, dever-se-á trabalhar privilegiando as propostas da Educação Crítica uma vez que ela traz à tona a dimensão política das questões e ajuda os educando a desenvolver o *empowerment* para atuar ativamente na sua vida social.

Em médio e longo prazos, o sistema de produção capitalista, que atingiu expansão sem precedentes e vem se mostrando cada vez mais insustentável em termos sociais, ecológicos e econômicos por se pautar pela lógica da valorização máxima do capital – em um cenário marcado pela presença de fortes corporações transnacionais e incrível mobilidade de grandes massas de capitais, que não sofrem restrições –, deverá, necessariamente, ser reavaliado com vistas à constituição de um sistema sustentável que caberá a nós discutir, delinear e construir.

Nesse sentido, a Educação Ambiental poderá ser um dos elementos contribuintes do processo, não apenas promovendo o desvelamento dos fatores políticos, econômicos, sociais, culturais, entre outros, responsáveis pela conformação da realidade atual, ou capacitando o educando para a realização da vida social em níveis condizentes com a capacidade de suporte do planeta, ou estimulando o desenvolvimento pleno do indivíduo que configura a essência da Educação, mas deverá, sobretudo, desencadear ações e soluções voltadas à equidade e à melhoria da qualidade de vida da coletividade, porque esse é o maior desafio que se apresenta à sociedade contemporânea, e que a Educação, enquanto prática social, deve responder.

### Conclusão

É preciso ressaltar que o enfrentamento da problemática e

a constituição de sociedades sustentáveis não dependem somente da construção de conhecimentos e do desenvolvimento da visão crítica da coletividade a respeito da situação vigente; da organização comunitária e do encaminhamento de ações para a prevenção e resolução de problemas locais; da percepção da organicidade do mundo como preconiza a vertente gaianista; da atuação competente dos(as) educadores(as); da superação das dificuldades enfrentadas na realização de Projetos de Educação Ambiental ou de medidas de proteção ambiental de cunho tecnocêntrico; mas dependem, sobretudo, de transformações concomitantes em três esferas na vida social: na esfera da subjetividade individual, ou seja, na forma de pensar e sentir, na esfera microssocial do relacionamento interpessoal, ou seja, nas práticas cotidianas e na esfera da ação política.

## REFERÊNCIAS

- Brandão CR. O que é educação. 33a. ed. São Paulo: Brasiliense; 1995.
- Dryzek JS. The politics of the earth: environmental discourses. New York: Oxford Univ. Press; 1997.
- Eckersley R. Environmentalism and political theory: toward an ecocentric approach. London: UCL Press; 1992.
- Fien J. Education for the environment: critical curriculum theorizing and environmental education. Geelong: Deakin University; 1995.
- Freire P. Pedagogia do oprimido. 17a.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1987.
- Gough A. Education and the environment: policy, trends and the problems of marginalisation. Melbourne: Australian Council for Educational Research – ACER; 1997.
- Green LW, Kreuter MW. Health promotion planning: an educational and environmental approach. 2<sup>nd</sup> ed. Mountain View: Mayfield; 1991.
- [IUCN] International Union for Conservation of Nature and Natural Resources. World conservation education. Morges; 1965.
- Moscovici S. A representação social da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar; 1978.
- O’Riordan T. The challenge for environmentalism. In: Peet R, Thrift N, editors. New models in geography. London: Unwin Hyman, 1989. p. 77-102.
- Pelicioni AF. Educação ambiental na escola: um levantamento de percepções e práticas de estudantes de primeiro grau a respeito de meio ambiente e problemas ambientais [dissertação de mestrado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 1998.
- Pelicioni AF. Educação ambiental: limites e possibilidades de uma ação transformadora [tese de doutorado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2002.
- Pelicioni AF. Movimento ambientalista e educação ambiental. In: Philippi Jr. A, Pelicioni MCF, editores. Educação ambiental e sustentabilidade. Barueri, SP: Manole; 2004. p. 353-379.

Pelicioni MCF, Philippi Jr A. Meio ambiente, direito e cidadania: uma interação necessária. In: Philippi Jr A, Alves AC, Romero M de A, Bruna GC, editores. Meio ambiente, direito e cidadania. São Paulo, NISAM/Faculdade de Saúde Pública/ Signus Editora; 2002. p.347- 351.

Pelicioni MCF. Educação ambiental para uma escola saudável. In: Philippi Jr. A, Pelicioni MCF, editores. Educação ambiental e sustentabilidade. Barueri, SP: Manole; 2004. p. 827-48.

Pepper D. Eco-socialism: from deep ecology to social justice. London: Routledge; 1995.

Pepper D. Modern environmentalism: an introduction. London: Routledge; 1996.

Reigota M. A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna. São Paulo: Cortez; 1999.

Rouquette ML. Representações e práticas sociais: alguns elementos teóricos. In: Moreira ASP, Oliveira DC, organizadores. Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia: AB; 1998. p.39-46.

---

---

*Recebido em 10 de maio de 2006*  
*Aprovado em 12 de junho de 2006*